



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0011070-14.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Andrea Regina dos Santos**  
 Requerido: **Embracon Administradora de Consórcio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado consórcio com a ré visando à aquisição de bem imóvel.

Alegou ainda que ao celebrar o instrumento correspondente a ré lhe garantiu que no prazo máximo de noventa dias seria contemplada com o imóvel residencial, mas isso não sucedeu ao longo de dez meses.

Almeja à devolução da quantia paga à ré durante esse período.

A matéria preliminar arguida em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O exame dos autos revela que a autora não postula o recebimento dos valores pagos à ré porque simplesmente desistiu de participar do grupo a que havia aderido.

Ao contrário, a leitura do relato de fl. 02 evidencia que a pretensão deduzida está alicerçada em promessa que teria sido feita à autora por ocasião da contratação em apreço consistente em ser contemplada com o imóvel em no máximo noventa dias, o que não se implementou.

Assentada essa premissa, é certo que tocava à autora demonstrar o fato constitutivo de seu direito, na esteira da regra do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outras palavras, seria de rigor que ela amehasse elementos que respaldassem sua explicação, denotando a ocorrência de promessa não cumprida pela ré e que teria sido a causa principal da contratação verificada.

Ela, porém, não se desincumbiu desse ônus.

Designada audiência de instrução e julgamento, com observação de que as partes deveriam trazer testemunhas ou pleitear sua intimação (fl. 88, item 2), o ato se realizou sem que houvesse a produção de uma prova sequer.

Dessa forma, e como outros dados de natureza material não foram igualmente trazidos à colação, a conclusão que se impõe é a de que a versão da autora restou desamparada, nada a prestigiando ou sequer lhe conferindo verossimilhança.

Aliás, os termos do contrato celebrado atestam que a contemplação dos consorciados se daria exclusivamente por sorteio e lances, sem menção alguma ao prazo indicado pela autora (fl. 43, cláusula 16).

A rejeição do que foi postulado bem por isso é a alternativa que mais se apresenta consentânea com o panorama traçado nos autos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**